

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque (em vermelho): Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: Monopólio da Petrobras.....	2
Título: Boa ação.....	3
Título: Desestatização não é desinvestimento	3
Título: Risco político nas agências.....	5
Título: Especialistas defendem adoção de critérios técnicos nas nomeações	8
Título: Executivo é autor de um terço das leis.....	10
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	11
Título: À espera de mudança de regra, mercado livre perde dinâmica.....	11
Título: A economia política da Petrobras.....	13
Título: Eleição pode afetar expansão do setor elétrico, mas não os contratos	14
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	18
Título: Com taxa de juros subsidiada, Banco do Nordeste tira espaço do BNDES.....	18
Título: BNB dá salto em financiamento para infraestrutura	19
Título: Após três anos de crise, Macaé dá sinais de recuperação.....	21
Título: Novas plataformas dão impulso à Petrobrás	23
VEÍCULO: Correio Braziliense	24
Título: Governo desperdiça o sol	24

VEÍCULO: O Globo**Seção: Colunas****Autor: Miriam Leitão****Título: Monopólio da Petrobras**

A Petrobras é responsável por 98% do refino no país, é dona de 77% de todos os gasodutos e tem exclusividade para a utilização da malha restante, no Sudeste. Controla a maior parte dos terminais de armazenamento, distribuição e regaseificação. Seu poder de monopólio se espalha pelo setor de óleo e gás e é exercido de três formas: centralizando a produção, o transporte, ou sendo a única compradora e revendedora. Os órgãos de regulação não têm cumprido o seu papel.

A petrolífera tem feito esforços nos últimos anos para diminuir o seu tamanho, mas seus planos foram frustrados pela decisão monocrática do ministro Ricardo Lewandowski, do STF, que impediu a venda de ativos estatais sem autorização do Congresso. Ainda assim, mesmo nos casos em que houve a venda, pouca coisa mudou em relação ao monopólio da empresa. Foi o que aconteceu com os gasodutos do Sudeste. A Petrobras vendeu 90% da malha para a canadense Brookfield, mas, por contrato, manteve o direito de exclusividade de uso.

A indústria que depende do gás para a produção, como a que produz vidro, diz que não há clareza na formação de preços. — Só escapo da Petrobras se aquecer os meus fornos usando lenha. A empresa pretende vender sua parte no gasoduto Brasil-Bolívia, mas somente ela poderá usar. Continuará tendo monopólio de fato — diz o superintendente da Abividro, Lucien Belmonte. O consultor Adriano Pires, do CBIE, explica que o monopólio da Petrobras no gás acontece de forma vertical, com o controle de várias etapas da produção e do transporte, mas também de forma horizontal, ou seja, produzindo ela mesma os insumos concorrentes, como óleo diesel, óleo combustível e GLP. David Zylbersztajn, ex-diretor da ANP, enxerga falha em vários órgãos reguladores. — O Cade está inerte com a situação, principalmente no refino.

A CVM também permitiu que a Petrobras vendesse gasolina abaixo do preço, e isso prejudicou os acionistas minoritários. Há projetos tramitando no Congresso sobre o setor, mas a atuação dos órgãos reguladores já seria suficiente para resolver os problemas — explicou Zylbersztajn. A Agência Nacional do Petróleo (ANP) disse na quinta-feira que vai encomendar ao Cade estudos sobre a estrutura do refino no país. Com 98% das refinarias nas mãos da Petrobras, a dúvida que fica é o que a agência espera que o Cade descubra antes de efetivamente começar a tomar providências.

Gargalo elétrico

Mesmo com os dois anos de recessão e o uso das bandeiras tarifárias que encarecem a conta de energia, o nível de água dos reservatórios do Sudeste/Centro-Oeste permanece baixo, como mostra o gráfico. E não dá para culpar apenas o regime de chuvas. A eficiência das hidrelétricas tem sido contestada por especialistas. Entra ano e sai ano, o setor elétrico continua sendo um gargalo para um crescimento mais acelerado do PIB.

Entre quatro paredes

Uma fonte da equipe econômica diz que a conversa entre quatro paredes com parlamentares sobre o ajuste fiscal tem um tom muito mais ameno do que os discursos em plenário. A argumentação do governo é simples para sensibilizar deputados e senadores. De um orçamento anual de US\$ 1,38 trilhão, tem sobrado pouquíssimo dinheiro para emendas e outros projetos porque o gasto obrigatório está consumindo todas as despesas. "Hoje, eles já brigam por R\$ 8 bilhões. Daqui a pouco, nem isso vai sobrar com o aumento de gastos principalmente com a Previdência. A resposta é que de fato a reforma terá que ser aprovada", conta.

A SEMANA. O modo volatilidade continuará na economia com as definições das chapas para as eleições.

alvaro.gribel@oglobo.com.br e marcelo.loureiro@oglobo.com.br

A colunista está de licença

VEÍCULO: O Globo

Seção: Colunas

Autor: Ancelmo Gois

Título: Boa ação

O que se diz no mercado é que a Previ (o fundo de pensão do Banco do Brasil), que tem posição importante no controle da Vale, só deve se desfazer dessas ações em 2020. Já Petros (Petrobras) e Funcef (Caixa) venderão antes. Mas só uma parte.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Opinião

Autor: André Uryñ, Fernando Ferreira Jr. e Thiago C. Araújo

Título: Desestatização não é desinvestimento

A pressa, sem detida reflexão, pode ser muito prejudicial no processo de deliberação judicial. Recentemente, o Supremo Tribunal Federal tomou com grande “rapidez” uma decisão cujas consequências podem ser nocivas ao país. Trata-se da medida cautelar (decisão de caráter não definitivo) concedida pelo ministro Lewandowski estabelecendo que o poder público só pode se desfazer do controle de estatais e suas subsidiárias após autorização legislativa. A decisão não fez distinções que seriam necessárias para o completo esclarecimento de questões fundamentais, em especial, as existentes entre as estatais, por um lado, e suas subsidiárias, por outro.

As primeiras são criadas por disposição constitucional a partir de autorização legislativa específica, enquanto que, em relação às subsidiárias, a Constituição limita-se a falar que “depende de autorização legislativa”; isto é, basta uma disposição genérica na lei, ficando a cargo exclusivo da estatal-mãe a sua criação. A razão é clara: a criação de subsidiárias não representa a intervenção do Estado num segmento econômico, como o setor de energia, mas apenas uma consideração da estratégia empresarial da estatal-mãe, que entende ser necessária a subsidiária como forma de atuação quanto ao cumprimento de seu objeto social. Nesse sentido, decorre outra diferenciação necessária, entre “desestatização” e “desinvestimento”. A “desestatização” implica a retirada do Estado de determinado setor econômico.

Não é o caso do “desinvestimento”. Trata-se de uma decisão de caráter empresarial da estatal, que, por motivos de estratégia corporativa, decide se desfazer de determinado ativo. Não há aqui uma intenção de que o Estado se retire de certa atividade ou setor econômico. Essa matéria já foi, inclusive, objeto de deliberação pelo próprio STF ao abordar questão envolvendo a Petrobras. Naquela ocasião, o STF decidiu no sentido de que para a criação ou a extinção de subsidiárias bastaria a existência de autorização legislativa genérica.

A decisão do ministro, se tivesse atentado para esses fatos, evitaria um cenário de insegurança jurídica que implicou, entre outros efeitos danosos, a paralisação do programa de desinvestimentos da própria Petrobras e ameaça também a Eletrobras. Conferir o mesmo tratamento às decisões de alienação de controle de estatais e à venda de subsidiárias parece não fazer sentido. A decisão cautelar ocasiona grave empecilho à gestão das estatais, na medida em que interfere na estratégia corporativa de investimentos e desinvestimentos de cada empresa. Um país que precisa crescer e superar a atual crise econômica não pode ficar refém de decisões que criem entraves dessa natureza.

André Uryn, Fernando Ferreira Jr. e Thiago C. Araújo são advogados

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Manoel Ventura E Geralda Doca****Título: Risco político nas agências**

Nomes indicados por partidos são maioria nas diretorias de órgãos reguladores

-BRASÍLIA- Levantamento feito pelo GLOBO em oito das 11 agências reguladoras federais mostra que, de 40 cargos executivos, 32 são ocupados por nomes indicados por políticos e outros três estão prestes a serem preenchidos pelo mesmo critério. Ou seja, 35 vagas são destinadas a pessoas ligadas a políticos. O MDB domina: apontou 18 diretores. Mas outras legendas também têm indicações — há nomes da época em que o PT estava no governo federal, por exemplo.

O loteamento político das agências reguladoras, alertam especialistas, interfere na atuação delas e pode até afetar a atração de investimentos para o Brasil, por criar insegurança jurídica. As agências são responsáveis por controlar a qualidade dos serviços prestados à população nos seus segmentos de atuação, como energia elétrica, telecomunicações, petróleo, rodovias, ferrovias e aeroportos. Elas definem regras para exploração da atividade por parte da iniciativa privada em setores que representam quase 60% do Produto Interno Bruto (PIB), participam da elaboração de editais de licitação, firmam e fiscalizam contratos.

Os diretores são nomeados pelo presidente da República, passam por sabatina e precisam ter a indicação aprovada pelo Senado. Os mandatos de diretor são fixos. Eles podem ser reconduzidos uma vez e só saem do cargo mediante renúncia ou condenação judicial. Após levantar a formação das diretorias de oito desses órgãos, O GLOBO procurou cada um deles, apresentou os nomes considerados indicações políticas e pediu às agências que comentassem o assunto. Os políticos responsáveis pelas indicações e os partidos foram procurados. Entre as legendas com maior número de apadrinhados, o MDB não respondeu e o PT não comentou. Prestes a concluir seu mandato como diretor-presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), o médico epidemiologista Jarbas Barbosa critica as indicações políticas: — Muitas vezes, indicados de maneira política não têm nem a qualificação técnica nem a experiência de gestão, indispensáveis para exercer um cargo de uma agência regulatória.

Em segundo lugar, torna esse diretor privado de autonomia, um diretor que não pode dizer "não" a quem é, por exemplo, levado ou tem apoio do político que o indicou. Essa deveria ser uma prática banida. Profissional respeitado em sua

área, ele chegou ao cargo indicado pelo ex-ministro da Saúde Arthur Chioro (PT). Na Anvisa, também há indicações feitas por políticos do MDB: os diretores Renato Porto e Fernando Mendes Garcia Neto. Ex-prefeito tucano de São Bernardo, William Dib chegou ao cargo apadrinhado pelo PPS e parte do PSDB. Já Alessandra Bastos foi indicada por Paulo Maluf (PP). Procurado, o PP não comentou o assunto.

ANS: DIRETORES SÃO SERVIDORES FEDERAIS

A Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), que regula os planos de saúde, é dominada por nomes do MDB. O presidente em exercício, Leandro Fonseca da Silva, foi apadrinhado pelo senador Romero Jucá (RR). Procurado, o senador não respondeu. Após a polêmica da regra que previa que os usuários de planos com franquia e coparticipação arcassem com 40% dos custos dos procedimentos — suspensão por decisão da presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Cármen Lúcia —, o diretor Rodrigo Rodrigues de Aguiar afirmou que a ANS "não é órgão de defesa do consumidor". A indicação de Aguiar, assim como a de Simone Sanches Freire, é atribuída ao presidente do Senado, Eunício Oliveira (MDB-CE). O senador preferiu não comentar.

Ainda na ANS, a indicação de outros dois nomes, que ainda nem assumiram, mostra que o loteamento político, a seis meses do término do governo Michel Temer, se mantém. Rogério Scarabel Barbosa, apadrinhado de Eunício, foi advogado de planos de saúde. Já Davidson Tolentino de Almeida foi indicado pelo senador Ciro Nogueira (PP-PI). Este disse que Davidson desistiu do cargo e sequer foi sabatinado. De saída da agência, Karla Santa Cruz Coelho é indicação do PT. Segundo a ANS, seus diretores são servidores públicos federais — dois deles da própria agência —, todos com larga experiência de atuação. Simone entrou na ANS em 2002 e é servidora de carreira desde 2005; Aguiar entrou em 2007; Fonseca é servidor de carreira do Ministério do Planejamento; Karla Coelho é servidora da UFRJ e ingressou na ANS em 2001. Em nota, a agência reiterou "que a atuação da diretoria é pautada em decisões de caráter técnico, transparência e na defesa do interesse público na assistência suplementar à saúde." Outro reduto do MDB é a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

O próximo diretor-geral, André Pepitone — que já é um dos diretores da agência —, foi recomendação do senador Edison Lobão e do ex-presidente José Sarney. Os dois políticos do Maranhão também indicaram o diretor Sandoval de Araújo Feitosa. Lobão afirmou que são técnicos de carreira, qualificados para o cargo. A assessoria de Sarney disse que ele não tem tido atividades políticas e não participou das indicações. A Aneel não respondeu. Outro que ainda não assumiu, mas cujo nome já foi submetido ao Senado, Efrain Pereira da Cruz foi apadrinhado pelo senador Valdir Raupp (MDB-RO). Este não foi localizado para comentar.

Já Rodrigo Limp foi indicado pelo deputado José Carlos Aleluia (BA) e pelo senador Davi Alcolumbre (AP), ambos do DEM. Aleluia disse considerar Limp "um dos melhores técnicos do setor em Brasília". Alcolumbre e o DEM não responderam. O atual diretor-geral, Romeu Rufino, e o diretor Tiago Correia foram indicados pela ex-presidente Dilma Rousseff. A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) tem nomes ligados ao MDB. Técnico da casa, Leonardo Euler chegou a diretor após apoio de políticos de Goiás, como o deputado Daniel Vilela (MDB). — Leonardo é oriundo do primeiro concurso da agência e se tornou também o primeiro servidor de carreira a ser alçado ao cargo de conselheiro, além de ter trabalhos acadêmicos premiados na área de regulação econômica de telecom. Reúne todas as condições de competência e mérito — disse Vilela. Emmanoel Campelo, por sua vez, chegou ao cargo por indicação do senador Garibaldi Alves (MDB-RN). Este ressaltou que o processo obedeceu a critérios técnicos. Eunício Oliveira indicou Otavio Luiz Rodrigues Junior, e o PT colocou na diretoria o ex-senador do partido pelo Acre Aníbal Diniz.

O presidente da Anatel, Juarez Quadros, foi apontado pelo ministro das Comunicações, Gilberto Kassab (PSD). Este disse que Quadros é um técnico reconhecido no setor: foi secretário-executivo e ministro das Comunicações na época da privatização do sistema Telebrás. Procurada, a Anatel não comentou. O PR, por sua vez, indicou o diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Mário Rodrigues Júnior — citado em depoimentos da Lava-Jato —, e o diretor Sérgio de Assis Lobo. A direção do PR informou que não comenta atos administrativos, "sobretudo no que diz respeito à nomeação de técnicos". Os outros nomes da agência — Weber Ciloni, Marcelo Vinaud Prado e Elisabeth Alves da Silva Braga — são do MDB. A ANTT afirmou que a indicação para esses cargos é "prerrogativa da Presidência da República". E não respondeu sobre a citação do seu diretor-geral em depoimentos da Lava-Jato. Na Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), dois diretores, Mário Povia e Francisval Mendes, foram indicados pelo PR, e Adalberto Tokarski, pelo MDB.

A Antaq informou que, depois que o Congresso apreciar o projeto de lei que dará novas diretrizes às agências reguladoras, "aguardará o momento oportuno para se pronunciar". O presidente da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), José Ricardo Botelho Queiroz, é da Polícia Federal e fez parte da equipe segurança de Dilma. A Aeronáutica tem um representante no órgão, o brigadeiro Hélio Paes de Barros Júnior. A Força Aérea nega ser responsável pela indicação.

Já Ricardo Sérgio Maia Bezerra seria apadrinhado pela exministra da Casa Civil Erenice Guerra e pelo PTB — mas o partido nega a indicação. Juliano Alcântara Noman e Ricardo Fenelon Júnior são ligados ao MDB. Procurada, a Anac não

respondeu. Já a Agência Nacional do Petróleo (ANP) tem nomes próximos ao mercado, como o diretor-geral, Décio Oddone, mas Aurélio Amaral é próximo ao PC do B. A ANP disse que seus diretores são indicados pela Presidência, com aprovação do Senado.

Colaboraram Eliane Oliveira e Leticia Fernandes

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Manoel Ventura E Geralda Doca

Título: Especialistas defendem adoção de critérios técnicos nas nomeações

Projeto de lei impede 2º mandato, mas permite indicações políticas

BRASÍLIA- Indicações políticas para cargos nas agências reguladoras criam dificuldades para regulação dos setores e para os consumidores, devido a decisões sem embasamento técnico, além de deixar brechas para a corrupção. Especialistas apontam o risco de decisões que não atendam às necessidades da população ou que afugentem investidores. Renato Sucupira, sócio da BF Capital, argumenta que o aparelhamento das agências reguladoras gera receio de mudanças de regras para atender a interesses específicos. Essa é uma das maiores preocupações de investidores, especialmente estrangeiros, que miram no longo prazo.

— No fundo, essas indicações sempre trazem retorno para os políticos — diz Sucupira. Já o presidente da Associação Nacional dos Servidores das Agências Reguladoras Federais (Unareg), Thiago Botelho, considera que o problema nas indicações políticas ocorre quando um diretor não tem a qualificação necessária para o cargo: — Não podemos criminalizar ninguém por ter um apoio político. O problema é quando um diretor só tem apadrinhamento. Quando o apadrinhamento é de um técnico reconhecido, um servidor de carreira, não é problemático — afirma.

RECEIO DE MUDANÇA NAS REGRAS

O economista Gesner Oliveira, da GO Associados, ressalta que o loteamento político das agências eleva o risco de decisões parciais, sobretudo em questões cruciais para os investidores e consumidores, como tarifas. Segundo ele, a função de regular e fiscalizar deveria exigir recrutamento rigoroso, feito por empresa especializada: — Precisamos estabelecer critérios para que as decisões sejam sempre técnicas e imparciais. Um caso emblemático é o da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac). Em 2007, quando ocorreu o caos aéreo, toda a

diretoria do órgão, composta por pessoas de fora do setor e apadrinhados políticos, caiu. Pesou a falta de preparo para enfrentar a crise.

O então ministro da Defesa, Nelson Jobim, abriu processo administrativo disciplinar para afastar os diretores. Em 2012, a Operação Porto Seguro, da Polícia Federal, resultou no afastamento de diretores da Anac e da Agência Nacional de Águas (ANA), nomeados pelo PT, por supostas irregularidades, como venda de pareceres técnicos. Especialistas também apontam como negativa a recondução de diretores e presidentes das agências, permitida na legislação atual. Isso porque avaliam que os diretores procurariam agradar ao mercado no primeiro mandato para não enfrentar resistências no segundo. O projeto de lei em tramitação no Congresso que trata da profissionalização das agências reguladoras proíbe a recondução.

Mas, em uma manobra na Câmara, foi retirada do texto a vedação à indicação de políticos e familiares. A proposta voltará ao Senado. Pesquisador das relações entre setor público e privado, Sérgio Lazzarini, professor do Insper, de São Paulo, considera lamentável a ingerência política nas agências reguladoras. Segundo ele, isso significa menos investimento para o país: — Para que existe uma agência? Para definir regras claras para os setores onde elas atuam. Por isso, é preciso colocar gente boa, conhecedora e respeitada. Caso contrário, ficará o receio de que as regras possam mudar no meio do jogo para atender a interesses de políticos. Ainda assim, Lazzarini mantém a expectativa de que o Congresso aprove um projeto que profissionalize as agências.

OUVIDORIA E EXPERIÊNCIA PRÉVIA

Enquanto as indicações para os órgãos de regulação seguem a todo vapor, uma comissão da Câmara aprovou, no último dia 11, um parecer que volta a permitir indicações políticas para a diretoria ou conselho de administração de estatais. O veto começou em 2016, ano em que foi aprovada a Lei das Estatais, proibindo indicações para esses cargos de pessoas que tenham atuado nos três anos anteriores em partidos políticos ou em trabalho vinculado a campanhas eleitorais.

O objetivo da Lei Geral das Agências Reguladoras é garantir autonomia às autarquias, dar mais transparência à regulação e estabelecer medidas para evitar interferência no trabalho dos órgãos reguladores. Diferentemente das estatais, que, após a aprovação da lei, tiveram de aumentar as exigências para preencher cargos, os únicos critérios para ser indicado à direção de uma agência reguladora são formação superior e conduta ilibada.

A proposta aprovada na Câmara exige que todas as agências tenham ouvidoria e encaminhem ao Congresso um plano de gestão anual. Pelo projeto, o mandato

do presidente e dos diretores será de cinco anos, não coincidentes, sem recondução. Os candidatos a uma vaga na diretoria colegiada deverão comprovar experiência de cinco anos. Haverá uma seleção pública para formar lista tríplice a ser apresentada ao presidente da República. O indicado pelo Planalto será sabatinado pelo Senado.

Colaboraram Eliane Oliveira e Leticia Fernandes

VEÍCULO: O Globo

Seção: O País

Autor:

Título: Executivo é autor de um terço das leis

Propostas do governo tramitam cinco vezes mais rápido

Além da função de gerenciar o Estado e aplicar as leis, o Poder Executivo tem exercido com frequência a prerrogativa de legislar. Com auxílio de medidas provisórias (MPs), que receberam limitações nos últimos anos, mas continuam sendo poderoso instrumento jurídico, o governo aparece como autor de um terço das leis ordinárias no país nos últimos dez anos. E com a vantagem de uma tramitação média de 419 dias, cinco vezes mais rápida que as propostas de parlamentares. É o que mostra levantamento do Núcleo de Jornalismo de Dados do GLOBO. O Executivo é o segundo maior autor de projetos de lei e MPs que foram transformados em 1.492 leis ordinárias entre 2008 e 2017 no país, superando o Senado e quase empatado com a Câmara.

Essa celeridade na aprovação acontece principalmente por causa das medidas provisórias, que têm força de lei no momento de sua publicação e originaram 20% dessas leis — o levantamento não leva em conta outros 455 PLNs, que têm função orçamentária, mas também são propostos pela Presidência. Diferentemente das leis complementares e propostas de emenda à constituição, as leis ordinárias são de uso muito mais comum no país. Precisam apenas de maioria simples para serem aprovadas na Câmara e abrangem mais temas. Por meio de uma lei ordinária é possível criar desde uma data comemorativa até promover a reestruturação de um ministério.

— O fato de o Executivo conseguir que seus projetos sejam aprovados de forma rápida vem de um desenho constitucional que tem o objetivo de favorecer a governabilidade e que também coloca esse poder como legislador — destaca a advogada e cientista política Ana Regina Peres. Os projetos de lei do Executivo até têm algumas vantagens no regime de tramitação, previstas na Constituição e no regimento interno da Câmara, mas, na prática, quem define a agilidade das

votações são os presidentes da duas Casas, que têm o poder de pauta, em conjunto com os líderes partidários.

A atuação e influência das lideranças no plenário são fortes características do Legislativo brasileiro, segundo especialistas. E, em geral, o Executivo fica atento a isso para buscar sucesso nas proposições. — O alinhamento entre Executivo e Legislativo é muito importante nesse processo. Se isso não existe, pode haver ruptura na agenda de votação, com perdas para ambos os lados pois, se o presidente da Câmara tem o poder de pauta, o presidente da República tem o de veto. E os parlamentares também têm a oportunidade de sugerir alterações nos textos enviados pelo Executivo, incluindo emendas que eles achem importantes — diz Christiane Satiê, do Núcleo de Assessoramento Técnico da Câmara.

OS MUITOS USOS DAS MPS

Só que nem sempre o Congresso está disposto a facilitar a vida do presidente. A privatização de distribuidoras da **Eletrobras** é um exemplo. O texto da MP 814, que viabilizava isso e foi enviado pelo governo, sofreu tantas alterações no Congresso que acabou descaracterizado e não foi votado. Se não apreciadas, as MPs perdem a eficácia em 60 dias, prorrogáveis por mais 60. O governo enviou então nova proposta em forma de projeto de lei, que novamente sofreu alterações, mas acabou aprovada no início do mês.

A Constituição diz que as MPs deveriam ser usadas apenas em casos de urgência e relevância, mas não define claramente esse critério. A reforma do ensino médio foi editada pelo presidente Michel Temer em forma de MP e gerou críticas da oposição porque o tema vinha sendo debatido há 20 anos e não tinha consenso. — As MPs trazem esse problema: uma lei é imposta e o Congresso atua numa posição reativa: ou ele rejeita, ou aprova. — explica Ana Regina.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Colunas

Autor: Maria Cristina Frias

Título: À espera de mudança de regra, mercado livre perde dinâmica

Mercado Aberto

As adesões ao mercado livre, em que grandes clientes de energia elétrica podem escolher os fornecedores, diminuíram e não devem voltar a ter o mesmo ritmo observado entre 2016 e 2017.

Foram 323 novos consumidores no primeiro semestre, de acordo com a CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica).

“O crescimento daqui para a frente vai ser em um patamar constante e sustentável. Em 2016 e em parte de 2017, foi explosivo”, diz Rui Altieri, superintendente da entidade.

Só haverá mudança de cenário com uma nova modelagem do setor, segundo o executivo. Um projeto de lei que prevê a entrada de novos clientes tramita na Câmara.

“Se houver possibilidade de adesão de empresas que consomem menos do que é permitido pela regra atual e a criação do comercializador varejista [que negocia quantidades menores], teremos um novo movimento.”

O boom que terminou em 2017 aconteceu por uma combinação de alta no mercado cativo e baixa no livre.

“A expansão de 2016 se deu em parte pela mudança dos preços de energia regulamentada, que ficou conhecida como realismo tarifário”, afirma Sami Grynwald, gerente na Thymos Energia.

A diferença entre os segmentos diminuiu agora, diz Angela Saraiva, diretora de gestão da Electra Energy.

“Um valor de referência para os contratos, o preço de liquidação das diferenças, teve alta significativa e isso influenciou na desaceleração.”

Tributação de PMEs no Brasil é a mais pesada, diz multinacional

Micro e pequenas empresas no Brasil são proporcionalmente as mais oneradas pela carga tributária, segundo a Sage, multinacional de software que analisou o ambiente de negócios em 11 países.

O estudo considera aquelas inseridas em todos os regimes de tributação: Simples, lucro presumido ou real.

O cenário é mais grave entre as microempresas, que pagam em impostos o equivalente a 65% de seu lucro, dez pontos percentuais a mais que a segunda colocada Espanha, afirma Alexandre Wyllie, diretor da Sage.

“Pequenas empresas arcam com um custo alto ao entrar no mercado, o que pode inviabilizar o negócio. É algo que desfavorece a economia por dificultar a concorrência”, diz Juliana Inhasz, professora do Insper.

“O sistema tributário deveria ser progressivo na medida do possível: quem ganha menos. paga menos”, diz Linneu de Albuquerque Mello, professor de Direito da FGV Rio.

“Mais da metade da receita tributária no Brasil incide sobre consumo, com impostos regressivos, quando em países desenvolvidos a maior fatia vem da renda.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Colunas

Autor: Samuel Pessôa

Título: A economia política da Petrobras

Subsidiar grupos não faz parte dos motivos estratégicos ou da função social da estatal

Há algumas semanas meu colega Alexandre Schwartzman, que ocupa este espaço às quartas-feiras, explicou com toda a clareza os motivos de a Petrobras dever fixar o preço do petróleo pelo custo de oportunidade, isto é, pelo preço que ela obtém quando vende o produto no mercado internacional.

Não faz sentido que um produtor de soja a venda no mercado doméstico a preço inferior ao que obteria no mercado internacional.

Além da eficiência na gestão da empresa, essa regra de formação de preço justifica-se para evitar o populismo, mal tão comum na América Latina.

Populismo ocorre quando a política cria benefício para algum grupo da sociedade sem explicitar a fonte da receita. Os custos ficam escondidos. Ninguém reclama.

Com o passar do tempo, o desequilíbrio implícito na política produz alguma forma de desorganização da economia, que acaba por gerar regressão econômica e perda de produto.

A regressão econômica acirra o conflito distributivo. Dado que o movimento inicial já havia sido resposta ao conflito distributivo, o problema se agrava e, portanto, o ciclo se repete. Novos benefícios são concedidos.

A moral da história é que, quando se entra em uma espiral populista, é muito difícil sair dela.

A saída inflacionária é uma forma de populismo que conhecemos de longa data. Uma vez que adquire certa dimensão, o custo de desinflacionar se torna proibitivo. Acabamos de pagar esse custo.

As heterodoxias de Dilma em seu primeiro mandato nos custaram muito caro.

A mesma lógica opera em relação às empresas públicas. A tentação para qualquer governante é afirmar que a Petrobras não deve cobrar o custo de oportunidade pelo seu produto.

Utiliza-se a empresa para fazer política social. A Petrobras deve subsidiar o botijão de gás, a gasolina, o querosene de aviação etc. Uma vez iniciado o processo, é difícil reverter. A pressão será sempre para aumentar o subsídio.

O resultado será a piora de desempenho da empresa, o que agrava a capacidade de manter esses subsídios. A produção se reduz, e os problemas se acumulam.

A Petrobras tem o capital aberto, com ações transacionadas em Bolsa, pois a participação privada ajuda a governança e contribui, portanto, para manter a lucratividade da empresa.

Os dividendos da estatal remuneram o Tesouro.

E o Tesouro pode empregar esses recursos para subsidiar o que o Congresso Nacional determinar.

A função social da empresa é garantir a oferta em momentos de extrema carência do recurso estratégico, como guerras ou situações de crise no mercado, como o choque do petróleo dos anos 1970.

Subsidiar grupos não faz parte dos motivos estratégicos ou da função social da Petrobras que justifiquem haver uma estatal petroleira.

O princípio básico que evita o populismo e permite que a sociedade gerencie o conflito distributivo de forma civilizada é que todo programa que atenda a um grupo da sociedade precisa estar em alguma linha do Orçamento do Estado. De forma explícita e clara para que a sociedade possa acompanhar e controlar.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Pratik Agarwal

Título: Eleição pode afetar expansão do setor elétrico, mas não os contratos

Para presidente global da Sterlite Power, empresa da Índia que investirá R\$ 7 bi no Brasil, dimensão do país e avanço de energias renováveis garantem projetos por dez anos

ENTREVISTA

Tais Hirata

O mais recente leilão de linhas de transmissão de energia, no fim de junho, terminou com um grupo de cerca de 30 indianos aos gritos de “hexa”, em comemoração dos seis lotes arrematados, dos 20 leiloados no certame.

Esses lotes, que vão demandar ao menos R\$3,64 bilhões de investimentos, se somaram a outros três projetos conquistados em 2017 pela empresa indiana Sterlite Power.

Ao todo, serão ao menos R\$ 7 bilhões de investimentos no país para construir e operar as linhas de transmissão.

Esse é apenas o começo, segundo Pratik Agarwal, presidente global da companhia.

Para ele, o Brasil vai demandar investimentos em linhas de transmissão ao menos pelos próximos dez anos.

Essa perspectiva de longo prazo foi um dos fatores que atraíram o interesse dos indianos, que ofereceram lances agressivos no último leilão, com deságios de até 60%.

Quanto maior o deságio, mais barata é a tarifa para o consumidor.

O plano da empresa é investir US\$ 4 bilhões (o equivalente a cerca de R\$ 15 bilhões) na América Latina pelos próximos três ou quatro anos.

O Brasil é o primeiro país em que vocês investem fora da Índia. Quando começou esse interesse?

Temos estudado o mercado brasileiro há pelo menos cinco anos e assistimos a seus altos e baixos, com europeus entrando e saindo.

Decidimos, no fim de 2016, que o mercado estava pronto e que nós estávamos prontos para sair da Índia.

O Brasil tem um modelo interessante de construir linhas de transmissão por meio de concessões.

Acho que nenhum outro país do mundo usou capital privado dessa forma. O país está à frente nesse modelo.

E por que o Brasil?

Em qualquer país que analisamos observamos três fatores principais. Primeiro, se ele tem uma regulação forte. Segundo, se há volume disponível no mercado. O Brasil é um país grande e muito provavelmente vai precisar de novos investimentos em linhas de transmissão ao menos pelos próximos dez anos. Em terceiro, a disponibilidade de um ecossistema local de parceiros e empresas de engenharia.

Esse sistema é muito rico no Brasil, se desenvolveu por um longo período, e, principalmente agora, com uma baixa demanda no setor de infraestrutura, muitas dessas empresas estão buscando o setor de energia.

Historicamente, o Brasil tem problemas de judicialização e influência política no setor elétrico. Isso é uma preocupação?

Acho que, em geral, a Índia e países asiáticos têm um maior apetite para a incerteza do que muitos países ocidentais. O Brasil tem muitas disputas e incerteza política. Mas não acreditamos que algum governo já tenha renegociado contratos já firmados.

Em relação a incertezas ambientais, é parte do mercado de transmissão em todo o mundo. São riscos que sabemos administrar.

Como enxergam a incerteza quanto ao cenário eleitoral?

A eleição pode afetar a expansão do setor, mas não os contratos existentes.

A verdade é que não acreditamos que [o resultado] vá afetar [o crescimento do setor], porque o impacto das mudanças hidrológicas no Brasil tem levado a uma nova composição da matriz energética [com a entrada de mais usinas de energia renovável], e essa mudança vai demandar novos investimentos em transmissão.

Nos últimos anos, muitos chineses entraram no setor de energia brasileiro e temos visto outros indianos dando lances nos leilões de energia. A Índia será a próxima China no país?

A Índia e a China são países bem diferentes. A Índia tem uma economia mais aberta desde 1991, com muitas empresas privadas no setor de infraestrutura, como nós. A China tem muitas estatais no setor de energia. É difícil dizer.

Não acredito que as empresas indianas farão um investimento tão extenso no Brasil como a China fez, porque, na Índia, quem faz essas escolhas não é o governo, e sim companhias, que avaliam os investimentos não por motivos geopolíticos.

No entanto, há muito interesse. Acredito que diversas empresas indianas têm propostas atraentes no Brasil, em novos setores como fintechs [startups financeiras], farmacêuticas, e até mesmo setores mais duros, como mercado imobiliário e infraestrutura.

São países com taxas de crescimento semelhantes, geologias parecidas, e os indianos têm uma maior abertura à incerteza brasileira.

Quais são os próximos planos da Sterlite no Brasil? Há projetos de atuar em outros setores?

A Sterlite Power é focada em transmissão de energia. Por enquanto, vamos focar esse setor. Enquanto o Brasil tiver desafios em transmissão, vamos participar dos leilões.

Não precisamos necessariamente entrar com uma percentagem alta em qualquer leilão. Não somos dirigidos por volume de projetos.

Em relação aos altos deságios [do último leilão], há diversos motivos para essas altas taxas. Projetos que tiveram 70% de deságio podem ser mais rentáveis do que outros, que tiveram deságio de 30%.

Mas, se, nos futuros leilões, tivermos uma percepção de que está havendo muita euforia no mercado e que as pessoas estão dando preços inviáveis, vamos ser menos agressivos nos lances, sentar, esperar e apenas terminar os projetos que já temos.

Qual a estrutura da Sterlite no país atualmente?

Nossa filosofia é descentralizada. Acreditamos que os brasileiros são as melhores pessoas para gerir projetos em um país como o Brasil.

Já temos 44 funcionários e chegaremos a 80 até o fim deste ano. Temos um escritório em São Paulo e em breve vamos anunciar um presidente para a subsidiária local.

Há planos de aquisições no Brasil?

Não estamos buscando, mas estamos abertos. Haverá boas oportunidades.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Economia****Autor: Renée Pereira****Título: Com taxa de juros subsidiada, Banco do Nordeste tira espaço do BNDES**

Crédito. Enquanto as condições do BNDES pioraram, uma lei garantiu redução nas taxas do BNB, fazendo a demanda de projetos nordestinos por recursos da instituição regional crescer: valor contratado no 1º semestre foi equivalente a 77% do montante de 2017

O Banco do Nordeste (BNB) tem ocupado o espaço do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) no financiamento de projetos de infraestrutura na região. Uma medida provisória, convertida em lei no mês passado, reduziu os juros do BNB e provocou uma corrida de investidores por empréstimos da instituição, que até 2016 tinha restrições para atuar em algumas áreas, como energia elétrica. Só no primeiro semestre deste ano, o banco contratou R\$ 12,4 bilhões, 77% de todo o volume fechado em 2017 – desempenho tem incomodado a cúpula do BNDES. Nos últimos meses, antigos e potenciais clientes do banco nacional de fomento desistiram de continuar o processo na instituição e foram bater na porta do BNB em busca de custos mais baixos.

Esse movimento começou a se intensificar no ano passado, com a Medida Provisória 812/17, que mudou a fórmula de cálculo das taxas de juros para os empréstimos concedidos com recursos de fundos constitucionais, como é o caso do crédito oferecido pelo Banco do Nordeste. A medida, proposta do governo, atrelou esse tipo de empréstimo à Taxa de Longo Prazo (TLP) – que é a mesma taxa de juros do BNDES. A TLP, em vigor desde janeiro, foi criada para se igualar às taxas de mercado, em substituição à TJLP, que era subsidiada pelo Tesouro.

A MP, no entanto, criava uma diferença entre os dois bancos: o texto incluiu no cálculo da taxa de juros do Banco do Nordeste um redutor para compensar desigualdades regionais. “O objetivo principal foi alinhar essas taxas às tendências de juros praticados no restante da economia e, ao mesmo tempo, permitir que os fundos cumpram sua missão de oferecer taxas adequadas ao padrão de renda das regiões atendidas”, explicou o Banco Central, em nota. Durante a tramitação no Congresso, a bancada do Nordeste – liderada pelo deputado Julio Cesar (PSD-PI) – fez pressão para dar ainda mais competitividade aos financiamentos do BNB.

Eles conseguiram incluir o fator de localização, que beneficia regiões menos favorecidas economicamente e reduz ainda mais a taxa de juros. **Para se ter ideia, enquanto a taxa do BNDES em um projeto de geração de energia pode**

ficar na casa de 10% ao ano, a do BNB fica em cerca de 6%. A MP que reduziu os juros do Banco do Nordeste teve 35 emendas e virou lei em 19 de junho deste ano. Uma semana depois, o grupo de energia Equatorial já anunciava contrato de R\$ 1,1 bilhão com o BNB para financiar linhas de transmissão na região. Em seguida, foi a vez da francesa Vinci fechar empréstimo de R\$ 516 milhões para as obras do Aeroporto de Salvador (BA). **Antes disso, a italiana Enel já havia conseguido R\$ 678 milhões para três parques solares.**

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Renée Pereira

Título: BNB dá salto em financiamento para infraestrutura

Quase metade do fundo constitucional de R\$ 30 bi para o Nordeste é dedicada a setores como transporte, saneamento e energia elétrica

O orçamento do Banco do Nordeste com recursos do Fundo Constitucional do Nordeste (FNE) cresceu 20% em 2018, para R\$ 30 bilhões. Quase metade desse montante está destinada a projetos de infraestrutura na região, como transportes, saneamento e energia elétrica. Até 2016, o setor não tinha um orçamento dentro do banco e as contratações ficavam na casa de R\$ 400 milhões por ano. Entre 2012 e 2016, por uma política de governo, o BNB foi proibido de emprestar dinheiro do FNE – cujos recursos vêm da arrecadação do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados – para o setor de energia elétrica.

Na época, a ordem era focar em negócios menores e deixar os projetos de energia com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), afirma o gerente de Negócios Corporativos e Estruturação de Operações do banco, Sérgio Clark. Nesse período, o banco liberou apenas R\$ 2,4 bilhões – 65% do montante liberado no ano passado, de R\$ 3,6 bilhões. Com o aval do governo para atuar em todas as áreas de infraestrutura e uma taxa imbatível no mercado, o BNB acelerou neste ano as contratações no setor. De janeiro a junho, foram R\$ 6 bilhões – número semelhante aos empréstimos do BNDES entre janeiro e março para infraestrutura. "O mercado percebeu a vantagem competitiva (das taxas), o que tem provocado uma grande demanda, em especial entre os projetos de energia", diz Clark.

Ele afirma que, além das taxas menores, algumas condições também são mais atraentes. Num projeto de energia solar, por exemplo, o banco financia até 100% da parcela de conteúdo local; no BNDES, explica, o empréstimo é de até 80% desse montante. Inicialmente a busca por financiamentos vinha dos projetos de geração eólica e solar, mas agora também tem atraído os

investidores de linhas de transmissão. Segundo especialistas em estruturação de financiamentos, no último leilão de linhas de transmissão realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), em São Paulo, quase todos os lotes localizados no Nordeste embutiam nos planos as taxas do BNB.

Concorrência. Segundo fontes, a movimentação incomodou o BNDES, que tem tentado melhorar as condições de sua oferta na região. Apesar da disputa entre os dois bancos, o poder financeiro do BNDES é maior. O orçamento do BNB representa um terço dos desembolsos totais feitos pelo BNDES no ano passado. Em nota, a superintendente da área de energia do banco, Carla Primavera, afirmou que o BNDES é o mais relevante financiador de longo prazo do País e que o BNB tem recurso "constitucional do FNE com taxas subsidiadas para fomento de investimento na Região Nordeste" e, portanto, é legítima a captação pelos empreendedores do setor.

Além disso, ela afirma que a necessidade de investimentos em infraestrutura será da ordem de R\$ 500 bilhões até 2021. "O setor elétrico demandará R\$ 160 bilhões no mesmo período. Consequentemente, existe a necessidade de múltiplas opções de financiamento." O sócio do escritório Mattos Filho e especialista em Infraestrutura e Project Finance, Pablo Sorj, concorda que o País precisa de várias fontes de financiamento e, por isso, os dois bancos estatais não deveriam competir entre si. Além disso, ele defende o incentivo ao mercado de capitais. Capacidade.

A preocupação do mercado, porém, é que esse "poder de fogo" do Banco do Nordeste não seja perene e acabe prejudicando quem se planejou para o financiamento da instituição. Além disso, há dúvidas sobre a capacidade operacional e financeira para atender à demanda. Só na geração eólica, os novos parques – a maioria deles no Nordeste – vão precisar de R\$ 8 bilhões por ano de financiamento. E os empreendimentos de transmissão na região, leiloados no fim do mês passado pela Aneel, R\$ 2,8 bilhões. O banco garante que consegue aprovar um financiamento num prazo médio de 112 dias.

Fontes ouvidas pelo Estado afirmam que, de fato, a aprovação é rápida. O problema é a liberação do dinheiro. No BNDES, dizem, a situação é inversa. Demora-se muito para aprovar, mas os recursos saem logo. Com a troca da TJLP pela TLP, o BNDES perdeu competitividade, dizem executivos da área de crédito para infraestrutura. Desde o ano passado, vários investidores buscavam outras alternativas para escapar das taxas maiores do banco de fomento.

Alguns financiaram projetos inteiros com a emissão de debêntures, mas, com as novas taxas do BNB, até o mercado de capitais tem sido preterido pelos investidores. Por enquanto, apesar de haver limitação de R\$ 1,7 bilhão por grupo econômico, ainda há espaço para novos financiamentos. O BNB pode

financiar, com recursos do FNE, projetos no Nordeste e do Norte dos Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Denise Luna / RIO

Título: Após três anos de crise, Macaé dá sinais de recuperação

Com retomada dos leilões e da Petrobrás, cidade voltou a criar vagas de emprego no primeiro semestre

A volta dos leilões de petróleo, a alta do preço da commodity e a recuperação financeira da Petrobrás deram novo fôlego à cidade de Macaé, no norte do Estado do Rio de Janeiro. O município foi um dos primeiros a sentir a queda na arrecadação de royalties e a redução das atividades da estatal, que desde a década de 1980 movem a economia da cidade. Segundo o prefeito de Macaé, Aluizio dos Santos Júnior, alguns sinais já apontam para a retomada, como a volta, mesmo que tímida, da geração de empregos. Mais de mil vagas foram abertas no primeiro semestre do ano e, aos poucos, a cidade vai ganhando novos restaurantes, academias e hotéis.

O prefeito espera a abertura de mais oportunidades nos próximos anos com a revitalização dos campos maduros da Petrobrás e a desativação de plataformas de petróleo da estatal na Bacia de Campos, um negócio que demanda a contratação de empresas de serviço da cadeia petrolífera. Em dez anos, por causa do pré-sal e da redução natural de produção dos seus campos, a bacia que banha e sustenta o município de Macaé perdeu a liderança da produção de petróleo no Brasil para a Bacia de Santos, hoje responsável por 50% do total produzido no País, ante 44% da Bacia de Campos.

Na visão da estatal, a região se mantém como um dos maiores complexos petrolíferos marítimos do mundo e o interesse por ela nos últimos leilões de petróleo do governo mostraram que ainda há bastante apetite pelo norte do Estado do Rio. Ao todo, foram leiloados 11 blocos apenas na Bacia de Campos. A estatal também está investindo na revitalização de campos maduros, sendo o caso mais adiantado o de Marlim, cujo contrato de concessão foi estendido pela Agência Nacional do Petróleo (ANP) até 2052, junto com o do campo de Voador. "É fundamental investir na Bacia de Campos.

Por isso é importante que se aumente o fator de recuperação dos campos (hoje em 24%, ante média mundial de 35%) e que a produção volte a aumentar", disse o prefeito, referindo-se a campos já muito explorados pela Petrobrás e que exigem esforço extra para que o óleo seja retirado. Vale-refeição. Bares e

restaurantes cheios, gente circulando pela orla e os navios trafegando no mar calmo de Macaé era tudo o que o gerente do restaurante Picanha do Zé, Jackson Lima, 29 anos, queria voltar a ver. Há três anos com as mesas praticamente vazias, ele comemora a volta do vale-refeição pagando as contas nos últimos meses, o que evitou que o estabelecimento fechasse as portas.

Hoje, durante a semana, a ocupação das mesas dobrou, atingindo 60%, e nos fins de semana chega a ter fila na porta. "Antes o pessoal estava rachando os pratos, a conta, pendurando, mas aos poucos o vale-refeição está voltando e o pessoal lota isso aqui", diz Lima. Com essa perspectiva é que trabalha Israel Silva, garçom desempregado de 25 anos. Ele conta que há três anos o mar ficava lotado de navios indo e vindo das plataformas e que agora quando vê um barco se enche de esperança. "Na minha visão, a retomada do emprego não está sendo tão rápida. Teve um pequeno crescimento sim, mas não está tão fácil", avalia. A desativação de plataformas da Petrobrás também promete ajudar na reativação da economia da cidade.

A estatal tem provisionados US\$ 14,3 bilhões para aplicar no desmonte dos sistemas de produção de plataformas, um negócio que pode reerguer a indústria de prestação de serviços no entorno de Macaé. O processo de desativação de plataformas envolve a desmontagem de todo o sistema submarino (cabos, fechamento de poços), obedecendo regras ambientais e lançando mão de avanços tecnológicos. Investimento. Vivendo há décadas em torno da indústria do petróleo e gás natural, Macaé atraiu ao longo dos anos empresários como o pai de Leonardo Dias, que em 2003 transformou uma fazenda em parque industrial para atender à demanda da crescente indústria petrolífera. Desde a abertura do setor no Brasil, em 1997, a cidade começou a atrair também a iniciativa privada, que correu para garantir uma área no parque industrial Bella Vista.

O pai chamou o filho para assumir o negócio, em 2011, no auge da retomada do preço do petróleo, depois da crise de 2008. Animado com o preço da commodity, Dias decidiu triplicar o espaço, oferecendo ao mercado 3 milhões de metros quadrados. "No início estava muito otimista, começou muito bem, tinha muita procura, e depois passou para a crise. Um pouco antes da expansão tinha bastante procura de empresas grandes, que estavam ganhando contratos", contou.

A Petrobrás e a Schlumberger são algumas das empresas que já estão no local. Para atrair mais clientes, Dias está criando um novo tipo de condomínio industrial, com estrutura compartilhada entre as empresas, como vestiário e restaurante, áreas e equipamentos adequados à prestação de serviços do setor, entre outras facilidades. Todos os terrenos já são licenciados, o que facilita a

instalação das empresas. "Vamos pegar essa onda da retomada e investir primeiro", diz Marcos Daher, sócio no empreendimento.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor:

Título: Novas plataformas dão impulso à Petrobrás

Seis plataformas que serão instaladas em 2019 farão a produção da estatal crescer após 4 anos de estagnação

Depois de quatro anos praticamente estagnada, a produção da Petrobrás vai dar um salto expressivo em 2019, com o início da operação das seis plataformas que estão chegando este ano. A mais recente, a P-67, partirá em três semanas da Baía da Guanabara, no Rio, para o campo de Lula, no pré-sal da Bacia de Santos. O campo de Lula já responde por quase metade da produção nacional de petróleo e gás natural, com 1,1 milhão de barris diários.

A produção total é de 2,6 milhões de barris diários. Lula também receberá até o fim do ano a P-69, completando o sistema definitivo de produção do campo de Lula, informou o diretor de Desenvolvimento de Produção e Tecnologia da Petrobrás, Hugo Repsold. As unidades estão sendo destinadas aos campos do pré-sal porque a região tem custos mais baixos de extração, por causa do grande volume produzido em comparação aos campos do pós-sal, que até 2006, quando o pré-sal foi descoberto, eram o foco da companhia. Em alta.

"O ano de 2019 vai ser espetacular para a Petrobrás. A produção do pré-sal continua subindo e vai compensar a queda que está sendo verificada nos campos maduros, que precisam ser vendidos pela empresa", diz o diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (Cbie) Adriano Pires. A Petrobrás anunciou um plano de desinvestimento que inclui a venda de parte de alguns campos produtores, o que, com o declínio da produção de campos antigos, reduz a produção total da companhia.

Segundo Pires, enquanto no primeiro semestre a produção do pré-sal subiu 7,5%, a queda de produção dos campos maduros foi da ordem de 12,5%. Com a chegada das novas plataformas, esse declínio deverá afetar menos a companhia, avalia. / D.L.

VEÍCULO: Correio Braziliense**Seção:** Economia**Autor:** Simone Kafruni**Título:** Governo desperdiça o sol

Com potencial de gerar 170 vezes mais eletricidade do que a atual matriz brasileira, a energia solar ainda é subaproveitada no país, contribuindo com menos de 1%. Iniciativas pontuais, no entanto, revelam que investir em geração fotovoltaica é cada vez mais necessário e providencial para o Brasil que, além de ser um país tropical, com muita irradiação solar, precisa conter os gastos. Se o governo federal replicar em todos os prédios públicos a instalação que cobre apenas o **Ministério das Minas e Energia (MME)** e, bem recentemente, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), poderia economizar, pelo menos, R\$ 200 milhões por ano em energia.

O gasto com eletricidade da administração federal no ano passado foi de R\$ 2,083 bilhões. Em 2016, foi de R\$ 2,156 bilhões. O recuo de 3,5% de um ano para outro já foi reflexo de algumas medidas de eficiência energética adotadas pelo Executivo, entre elas a instalação de um miniusina fotovoltaica na cobertura do MME. O sistema foi realizado no modelo de acordo de cooperação técnica entre a pasta e Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (Absolar), sem ônus para o poder público, mas com custos de cerca R\$ 500 mil. A potência de geração da miniusina é de 69 quilowatts (kW) ou 60 quilowatts pico (kWp), que equivale ao consumo de 23 residências de uma família média brasileira, com três a quatro pessoas consumindo 300 kWh por mês.

O presidente da Absolar, Rodrigo Sauaia, explica que, na ocasião da implantação se calculava que a usina seria capaz de gerar cerca de 7% do consumo do prédio do MME. “Um ano depois, um balanço apontou que contribuiu com 10%, porque os painéis fazem sombra, o que amenizou o calor nos andares mais altos e reduziu o consumo de ar-condicionado”, explica. “A geração solar pode garantir, pelo menos, 10% da energia nos demais prédios públicos, mas em alguns edifícios pode chegar a 90%, se for mais horizontal”, calcula.

No caso da Aneel, que inaugurou a primeira etapa de uma usina fotovoltaica na sede em Brasília na última semana de junho, a geração solar vai garantir redução de 20% nos gastos com energia. Com investimento de R\$ 1,8 milhão, a usina de microgeração distribuída, com 1.760 painéis de 1,65m² e potência de 510,40 kWp, vai gerar uma média de 710 megawatts hora (MWh) por ano. A agência também instalou um autoposto para abastecer carros elétricos.

Desempenho

O superintendente de Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética da Aneel, Ailson de Souza Barbosa, explica que o projeto foi possível graças à elaboração de um contrato de desempenho, pioneiro no setor público e com potencial de expansão para outros órgãos. A obra foi incluída no Projeto de Eficiência Energética (PEE) da Companhia Energética de Brasília (CEB), que aportou os recursos para instalação do sistema. À medida que a usina gera, a fatura de energia da autarquia diminui. A agência continuará pagando o restante da fatura até amortizar o investimento e, quando o dinheiro voltar para a CEB, será aplicado em outros projetos de eficiência energética.

“O contrato é de ganha-ganha, porque há o retorno do recurso, sem nenhuma gratuidade. Por enquanto, fizemos só o bloco H. Daqui a um mês, devemos concluir mais dois blocos. A partir daí, teremos economia de 20% em cima do consumo atual, que deve ser reduzido com outras medidas, como a otimização dos sistemas de ar-condicionado e de iluminação”, diz. Para Barbosa, a Aneel está dando o exemplo para o setor público com a instalação da usina. “O contrato de desempenho deve atrair o interesse de outros órgãos”, aposta.

Os dados da Absolar apontam que está mais do que na hora disso acontecer: o poder público é o setor que menos contribui com a geração fotovoltaica. Dos 30 mil sistemas solares conectados à rede do país, apenas 0,9% estão no setor público (veja no quadro). O especialista em regulação da Aneel Fábio Stacke Silva afirma que, segundo a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), 9,8% de consumo total de energia do Brasil, que foi de 460.829 gigawatts/hora (GWh), em 2016, é no setor público, incluído aí os três poderes, a iluminação e os serviços públicos. “Portanto, cerca 46 mil GWh são consumidos pelo poder público. Pela nossa experiência na Aneel, de economizar 20% com geração solar, é possível dizer que o setor público poderia reduzir o consumo em 9,2 mil GWh por ano”, calcula.

Eficiência

O potencial é enorme, ressalta Rodrigo Sauaia, presidente da Absolar. “Das fontes de energia, a solar tem potencial maior do que somatória de todas as demais. Aproveitando todas as áreas disponíveis no país, seria 170 vezes a matriz elétrica brasileira atual”, afirma. No caso do Distrito Federal, que tem a melhor irradiação solar do Centro-Oeste e uma das melhores do Brasil, tanto potencial é subaproveitado: o DF figura na 14ª posição em geração solar do país. “Isso que possui condições privilegiadas. O recurso solar é de 5,8 kWh por metro quadrado por dia em média no DF, mais do que dobro de Alemanha, Reino Unido, Japão, os líderes mundiais em geração de energia solar”, revela.

Segundo a Absolar, bastaria 0,41% da área, incluindo a disponível em telhados, para gerar toda a eletricidade demandada pelo Distrito Federal. “Os prédios da

Esplanada poderiam replicar o projeto do MME, porque têm características parecidas. Alguns com mais áreas para aproveitamento, com anexos. Também seria possível aproveitar os estacionamentos que hoje são descobertos e construir áreas sombreadas, com painéis nas coberturas”, destaca Sauer. Sauer.

O especialista ressalta que o tempo em que o investimento dá retorno está caindo. “Por dois motivos: os equipamentos estão ficando mais baratos e as tarifas de energia estão aumentando acima da inflação”, justifica. De mais de uma década, atualmente é possível ter o chamado pay back (retorno do investimento) entre quatro e sete anos.

“A Absolar, recentemente, entregou ao Rodrigo Maia (deputado do DEM-RJ e presidente da Câmara dos Deputados) uma proposta de projeto técnico e econômico para instalação de energia solar nos anexos do Legislativo”, conta. Dependendo do tamanho do sistema, Sauer estima investimento de R\$ 2 milhões para economia líquida por mais de 18 anos, uma vez que a vida útil dos equipamentos é de mais de 25 anos. “Para uma residência, o investimento é a partir de R\$ 10 mil”, compara.

MME / ASCOM .